



## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e trinta minutos, no Plenário Agenor Celso da Silveira, na sede da Câmara Municipal de Mário Campos/MG, situada na Avenida Petrina Augusta de Jesus, nº 100, Bairro São Tarcísio, realizou-se Audiência Pública destinada à discussão do tema “Transporte Coletivo Metropolitano”, convocada por meio do Edital de Convocação de Audiência Pública nº 01/2026, nos termos regimentais, em atendimento ao Requerimento nº 22/2026, de autoria da Vereadora Sammantta Bleme.

A audiência pública teve como objetivo promover o diálogo entre o Poder Público, instituições e população acerca da realidade do transporte coletivo metropolitano que atende o Município de Mário Campos/MG, visando identificar os principais desafios enfrentados pelos usuários e reunir propostas de melhorias relacionadas à prestação do serviço.

A transmissão oficial da audiência foi realizada por meio do canal institucional da Câmara Municipal de Mário Campos no YouTube, através do seguinte link: [https://youtube.com/live/kyg2S\\_i9VOk](https://youtube.com/live/kyg2S_i9VOk)

Compuseram a mesa de autoridades:

- Vereadora Sammantta Bleme, Presidente da Audiência Pública;
- Professora Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, Prefeita Municipal de Mário Campos;
- Vereador Dr. Aleff Diego;
- Sr. Jorge Costa, representante do Trânsito Municipal de Mário Campos;
- Vereadora Daniela Agostinho;
- Vereador Pastor Marquinhos.

Foi registrada ainda a presença das seguintes autoridades e convidados:

- Vereador Reinaldo Francisco Silva de Magalhães, Presidente da Câmara Municipal;
- Vereador Wilson Júnior;
- Sr. Sevanir Isaías da Silva Filho, Primeiro Secretário;
- Sr. Gabriel Viana, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – SINTRAN;
- Dr. Fernando dos Santos Rezende, Advogado Geral do Município;
- Sr. Mateus Júnior, Secretário Municipal de Obras e Meio Ambiente;
- Sra. Marília Maceno, Diretora do Procon Municipal;
- Servidores do Poder Legislativo e membros da população em geral.



Foi registrado em plenário que os ofícios-convite destinados aos órgãos e entidades previstos no edital foram devidamente encaminhados em 30 de março de 2026 às empresas Saritur, Santa Edwiges, Terminal de Passageiros de Sarzedo, Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – SEINFRA/MG, Ministério Público de Minas Gerais e demais autoridades competentes.

Foi informado pela condução da audiência que a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – SEINFRA/MG encaminhou resposta oficial em 24 de abril de 2026 comunicando impossibilidade de comparecimento à audiência pública.

Também foi registrada a ausência de representantes do DER/MG, das empresas concessionárias responsáveis pelo transporte coletivo metropolitano que atendem o Município de Mário Campos e do Terminal de Passageiros de Sarzedo, embora regularmente convidados.

Quanto ao Ministério Público de Minas Gerais, foi informado o envio de justificativa formal de ausência pelo Promotor de Justiça em razão de compromisso institucional previamente assumido. Consta ainda que o Ministério Público solicitou o encaminhamento da ata, dos documentos apresentados e da gravação oficial da audiência pública para fins de análise e eventual instauração de procedimento no âmbito da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ibité/MG, orientando também que as demandas relacionadas ao transporte intermunicipal com repercussão estadual poderão ser encaminhadas à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte/MG.

Na abertura oficial dos trabalhos, a Vereadora Sammantta Bleme declarou aberta a audiência pública e procedeu à leitura das regras previstas no Edital de Convocação nº 01/2026, esclarecendo que:

I – as manifestações poderiam ocorrer de forma oral ou escrita; II – o uso da palavra obedeceria à ordem de inscrição; III – o tempo de fala seria de até cinco minutos por participante; IV – poderia haver réplica de até três minutos; V – a audiência seria gravada e transmitida oficialmente; VI – a lista de presença seria anexada à presente ata.

A Presidente da audiência destacou que o objetivo do encontro consistia na discussão sobre:

- valores das tarifas praticadas;
- oferta de horários;
- regularidade das viagens;
- qualidade do serviço prestado;
- propostas de melhorias voltadas à acessibilidade, eficiência e dignidade dos usuários.

Na sequência, antes da abertura das manifestações das autoridades e convidados, foi realizada apresentação de levantamento obtido por meio de formulário online



disponibilizado à população, instrumento utilizado com o objetivo de ampliar a participação popular diante das dificuldades enfrentadas pelos usuários do transporte coletivo para comparecimento presencial à audiência. Disponível no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1idy1Bs3zO4hJcPbZVksel51YYmVpS3RV?usp=sharing>

Foram apresentados os seguintes dados estatísticos extraídos do formulário:

1. Frequência de utilização do transporte coletivo:
  - 35,5% utilizam diariamente;
  - 26,8% utilizam de três a cinco vezes por semana;
  - 22,5% utilizam raramente;
  - 15% utilizam de uma a duas vezes por semana.
2. Principais destinos:
  - Belo Horizonte: 46,8%;
  - Betim: 21,5%;
  - Sarzedo: 13,8%;
  - demais deslocamentos internos no Município.
3. Tempo médio de espera pelo ônibus:
  - 44,5% aguardam entre trinta e sessenta minutos;
  - 34% aguardam mais de uma hora.
4. Avaliação geral do transporte coletivo:
  - 42,8% classificaram como “péssimo”;
  - 32% classificaram como “ruim”;
  - 20,5% classificaram como “regular”.
5. Principais problemas apontados:
  - tarifa elevada – 75,5%;
  - poucos horários disponíveis – 65,8%;
  - longo tempo de espera – 58,3%;
  - atrasos frequentes;
  - ônibus lotados;
  - má conservação dos veículos;
  - falta de pontualidade;
  - demora para integração no terminal;
  - ausência de informações adequadas sobre horários.
6. Perda de compromissos em razão do transporte:
  - 43% afirmaram já ter perdido compromissos devido a atrasos;



- 32,8% devido à falta de horários.
7. Confiabilidade do serviço:
- 62,3% responderam que o transporte coletivo não é confiável para cumprimento de compromissos.
8. Avaliação do Terminal de Passageiros de Sarzedo:
- 34% classificaram como “péssimo”;
  - 31% como “regular”;
  - 16,5% como “ruim”.
9. Problemas identificados no Terminal de Sarzedo:
- longa espera para embarque;
  - dificuldade de integração;
  - falta de organização;
  - insegurança;
  - pouca informação sobre horários;
  - custo da integração.
10. Linhas mais utilizadas:
- Linha 3787;
  - Linha 3721;
  - Linha 3741.
11. Principais reivindicações apresentadas pela população:
- redução do valor das tarifas;
  - aumento do número de horários;
  - retorno da linha Mário Campos/Betim aos finais de semana;
  - retorno da linha Brumadinho/Belo Horizonte via BR;
  - ampliação da linha direta Mário Campos/Belo Horizonte;
  - alterações no trajeto da linha do Bairro Tangará;
  - implantação de sistema informativo digital com localização e previsão dos ônibus;
  - retirada das roletas duplas, apontadas como inacessíveis e constrangedoras para idosos, pessoas com deficiência e pessoas obesas;
  - denúncias de descumprimento de trajeto pela linha 3721 no período noturno, especialmente em relação ao atendimento do Bairro Funil.

Ao longo das contribuições registradas no formulário e das manifestações apresentadas durante a audiência pública, também foram relatados impactos diretos da precariedade do transporte coletivo na rotina profissional e pessoal dos usuários, incluindo atrasos frequentes ao trabalho, dificuldades de deslocamento nos finais de semana, longos períodos de espera e obstáculos ao acesso a oportunidades de emprego em municípios vizinhos, especialmente em Betim.



A Vereadora Sammantta Bleme registrou formalmente e agradeceu a expressiva participação popular obtida por meio do formulário online disponibilizado previamente à audiência pública, instrumento que recebeu 400 contribuições da população. Destacou que a utilização da ferramenta partiu da compreensão de que grande parte dos usuários do transporte coletivo enfrenta dificuldades para participação presencial em audiências públicas, seja em razão da extensa rotina de trabalho, das responsabilidades familiares, das limitações de deslocamento decorrentes da própria geografia do Município ou, ainda, das precariedades enfrentadas no atual sistema de transporte coletivo metropolitano. Ressaltou que muitos moradores trabalham fora do Município e enfrentam longos deslocamentos diários, retornando às suas residências horas após o encerramento da jornada de trabalho, circunstância que dificulta significativamente a participação presencial em espaços institucionais de debate público. Foi consignado que o formulário foi amplamente divulgado por meio das redes sociais da Câmara Municipal de Mário Campos, dos vereadores, assessores, servidores e da própria população, resultando em significativa mobilização popular e consolidando importante instrumento de escuta social. Diante desse cenário, a Presidência da audiência registrou a insatisfação do Poder Legislativo Municipal e da população quanto à ausência dos órgãos estaduais e instituições responsáveis pela gestão, fiscalização e execução do transporte coletivo metropolitano, bem como das empresas concessionárias responsáveis pela prestação do serviço. Destacou que a ausência desses atores compromete o aprofundamento das discussões, limita a construção conjunta de soluções e demonstra desrespeito institucional diante de um problema que impacta diretamente a qualidade de vida, a mobilidade urbana, o acesso ao trabalho, à saúde, à educação e à dignidade da população usuária do transporte coletivo.

A Presidência ressaltou ainda que o Governo do Estado de Minas Gerais realizou recentes investimentos, com a disponibilização de ônibus novos às empresas concessionárias do transporte coletivo metropolitano, medida amplamente divulgada pelo Estado como ação de modernização da frota. Destacou-se que tais investimentos públicos reforçam ainda mais a necessidade de transparência, diálogo institucional e prestação de contas acerca das melhorias efetivamente entregues à população usuária do transporte coletivo metropolitano. Foi consignado, ainda, que permanecem necessários esclarecimentos acerca do planejamento operacional do sistema, da adequação das rotas frente à expansão urbana do Município de Mário Campos, da regularidade e eficiência dos serviços prestados, bem como das medidas adotadas para equilíbrio dos custos operacionais sem comprometimento da qualidade, acessibilidade e dignidade do serviço oferecido aos usuários.

Foi igualmente consignado que a concessão do sistema de transporte coletivo metropolitano da região, denominada “RIT 3”, possui vigência contratual até o ano de 2038, motivo pelo qual as atuais concessionárias permanecem como responsáveis exclusivas pela prestação do serviço intermunicipal no Município.

Em seguida, foi concedida a palavra às autoridades presentes.



A Prefeita Municipal, Professora Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, inicialmente parabenizou a iniciativa da audiência pública e afirmou que o tema dialoga diretamente com a vida cotidiana da população.

Registrou indignação diante da ausência das empresas concessionárias e dos representantes estaduais responsáveis pelo sistema, enfatizando que os usuários não são ouvidos nos processos decisórios relacionados ao transporte.

Esclareceu que o transporte intermunicipal é de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, mas afirmou que o Município não permaneceu inerte diante dos problemas relatados.

Informou que, desde julho de 2025, o Executivo Municipal encaminhou diversos ofícios às empresas responsáveis, buscando diálogo institucional e soluções para as demandas da população, sem obtenção de respostas efetivas.

A Prefeita destacou ainda os investimentos realizados pelo Município no transporte público municipal gratuito, citando:

- ampliação da antiga “Rota Saúde”;
- criação das linhas “Verde” e “Amarela”;
- atendimento à zona rural;
- ampliação dos atendimentos aos finais de semana;
- fortalecimento da mobilidade interna do Município.

Pontuou que, enquanto o Município realiza investimentos próprios com responsabilidade orçamentária, o sistema intermunicipal apresenta aumento tarifário acompanhado de piora na qualidade do serviço.

Afirmou que alterações de horários ocorrem sem comunicação prévia aos usuários e que as reclamações encaminhadas às ouvidorias permanecem sem respostas satisfatórias.

Ao final, sugeriu a realização de mobilização institucional conjunta junto aos órgãos estaduais e às concessionárias, considerando a ausência dos responsáveis na audiência pública.

Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Dr. Aleff Diego, que classificou a ausência das empresas concessionárias como demonstração de desrespeito e descompromisso com a população.

Relatou visita técnica realizada em Divinópolis/MG para análise comparativa de tarifas de transporte coletivo, destacando que percursos semelhantes possuem valores significativamente inferiores aos praticados na região metropolitana de Mário Campos.

Afirmou que o elevado valor das tarifas prejudica diretamente o acesso da população ao emprego, especialmente em Belo Horizonte.



Relatou ainda que esteve pessoalmente na garagem operacional da concessionária em Sarzedo/MG buscando esclarecimentos sobre alterações de horários sem comunicação prévia, especialmente em relação ao Bairro Tangará, mas que as respostas foram direcionadas à SEINFRA/MG, sem posterior retorno institucional.

O parlamentar ressaltou os impactos positivos das linhas municipais gratuitas implementadas pelo Executivo Municipal, especialmente na integração entre bairros e no fortalecimento do comércio local.

Também criticou a ausência de transporte para Betim/MG aos finais de semana, destacando os prejuízos causados aos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde.

Posteriormente, a Vereadora Daniela Agostinho parabenizou a realização da audiência pública, ressaltando que as reclamações sobre o transporte coletivo chegam constantemente aos gabinetes parlamentares.

Informou que já foram protocolados ofícios e realizados contatos institucionais junto a deputados e órgãos competentes visando melhorias no transporte metropolitano.

Destacou a importância da escuta da população presente e da construção conjunta de soluções.

O Vereador Pastor Marquinhos relatou ações desenvolvidas desde o início de seu mandato relacionadas à melhoria do transporte público municipal e metropolitano.

Mencionou indicações parlamentares destinadas:

- à ampliação do transporte municipal aos finais de semana;
- à ampliação das rotas do transporte municipal para atendimento da zona rural;
- à melhoria da integração entre bairros.

O parlamentar relatou reuniões anteriores realizadas junto à empresa Santa Edwiges e à Secretaria de Estado competente, afirmando que já houve manifestações das empresas no sentido de considerar que a população estaria “acostumada” às condições precárias do serviço.

Criticou a política adotada pelo Governo do Estado de Minas Gerais para renovação da frota do transporte coletivo metropolitano, mencionando o investimento aproximado de R\$ 382 milhões para aquisição de mais de 600 ônibus destinados ao sistema. Ressaltou que, apesar do elevado investimento público, a população de Mário Campos não percebeu melhorias efetivas na qualidade do serviço prestado. Afirmou que a população continua enfrentando superlotação, redução de horários e aumento tarifário.

Ao final, defendeu mobilização popular e institucional para reivindicação de melhorias junto ao Governo do Estado.



O representante do trânsito municipal, Sr. Jorge Costa, manifestou apoio às reivindicações apresentadas pela população, reconhecendo a precariedade do sistema intermunicipal.

Destacou os avanços obtidos pelo transporte municipal gratuito, especialmente no atendimento à zona rural e na ampliação das rotas internas.

A Prefeita Municipal complementou a fala esclarecendo que novas ampliações do sistema municipal dependem de estudos de impacto financeiro e disponibilidade orçamentária, ressaltando a necessidade de responsabilidade fiscal na implementação de novos serviços públicos.

Na sequência, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Reinaldo Francisco Silva de Magalhães, utilizou a palavra para relatar experiência pessoal recente utilizando o transporte coletivo.

Destacou dificuldades operacionais enfrentadas pelos motoristas em razão da ausência de cobradores, especialmente no recebimento de passagens em dinheiro e devolução de troco durante a condução do veículo.

Criticou as condições das roletas duplas, classificando-as como inadequadas e de difícil utilização, principalmente para usuários carregando bolsas, sacolas ou com mobilidade reduzida.

Também relatou desconforto causado pela má conservação dos veículos, excesso de ruídos internos e insegurança operacional.

O representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – SINTRAN, Sr. Gabriel Viana, informou que compareceu à audiência pública com a finalidade de ouvir as demandas da população e registrá-las para encaminhamento interno ao sindicato.

Questionado pela Prefeita Municipal acerca da recorrência das reclamações apresentadas, afirmou que situações semelhantes já foram observadas em outros municípios e que o papel do sindicato consiste em intermediar o diálogo entre as empresas concessionárias e os órgãos estaduais.

Na sequência, iniciou-se a fase de manifestações populares.

A primeira inscrita, Sra. Terezinha Pinheiro, relatou severos problemas relacionados à superlotação dos ônibus, especialmente em períodos de feriados e horários reduzidos.

Informou que usuários enfrentam viagens excessivamente longas, superlotação, ausência de assentos para idosos e pessoas com prioridade legal, além de dificuldades decorrentes dos atrasos constantes.

Criticou o sistema de integração via Terminal de Sarzedo, afirmando que o modelo aumentou significativamente o tempo total de deslocamento até Belo Horizonte.



Também reivindicou alterações no trajeto do Bairro Tangará, com ampliação do atendimento às áreas mais altas do bairro e instalação de novos pontos de ônibus.

A segunda inscrita, Sra. Eliane, moradora do Bairro Jardim Primavera, abordou especificamente os problemas da linha Mário Campos/Betim.

Relatou que a linha não opera aos sábados, domingos, feriados e vésperas de feriados, ocasionando dificuldades severas aos trabalhadores.

Informou que usuários precisam recorrer a aplicativos de transporte ou realizar trajetos excessivamente longos via Sarzedo/MG.

A Presidência da audiência reforçou ao representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – SINTRAN que uma das principais reivindicações da população refere-se à ausência da linha Mário Campos/Betim aos finais de semana, feriados e vésperas de feriados. Foi registrado que as empresas concessionárias possuem contrato de concessão com vigência de trinta anos para operação do transporte coletivo metropolitano na região, motivo pelo qual o Poder Legislativo Municipal questiona a ausência de prestação regular do serviço em uma linha considerada essencial para os trabalhadores do Município. A Presidência lembrou que o tema já havia sido debatido em audiência pública realizada no ano de 2022 e em reuniões institucionais junto à empresa concessionária e aos órgãos estaduais competentes, ocasião em que foi alegada suposta ausência de demanda para manutenção da linha aos finais de semana. Entretanto, foi destacado que a população segue apresentando diariamente reclamações e pedidos pelo retorno da linha, demonstrando incompatibilidade entre a justificativa apresentada pela empresa e a realidade enfrentada pelos usuários. Também foi consignado que, diante da ausência da linha direta, os moradores são obrigados a utilizar rotas alternativas via Terminal de Sarzedo, enfrentando maior tempo de deslocamento, integrações demoradas e dificuldades para acesso ao trabalho, especialmente em Betim. A Presidência afirmou que o Poder Legislativo entende que a ausência de operação regular da linha representa possível descumprimento das obrigações da concessão pública, ressaltando que a população de Mário Campos reivindica atendimento direto entre os municípios, sem necessidade de deslocamentos prolongados por cidades vizinhas. Por fim, foi reforçado que a retomada e ampliação da linha Mário Campos/Betim constitui uma das principais pautas de mobilização popular apresentadas durante a audiência pública.

Na sequência, fez uso da palavra a Sra. Maria do Carmo, moradora do Bairro Bela Vista, usuária do transporte coletivo e participante de projetos ligados ao Ministério Público.

A participante relatou:

- alterações constantes de horários sem comunicação prévia;
- longos períodos de espera no Terminal de Sarzedo;
- dificuldade de integração;
- atrasos que comprometem jornadas de trabalho;
- inadequações estruturais do terminal;
- problemas sanitários e cobranças pelo uso de banheiro;



- falhas no atendimento dos ônibus dentro dos bairros;
- situações de desrespeito aos usuários.

Também afirmou que já encaminhou reclamações formais aos órgãos competentes, inclusive ao DER/MG.

Posteriormente, a Sra. Lília relatou novamente os problemas da linha para Betim/MG, especialmente a escassez de horários, o longo intervalo entre viagens e a ausência de atendimento aos finais de semana.

Informou que empresas instaladas em Betim deixam de contratar trabalhadores residentes em Mário Campos em razão da deficiência do transporte coletivo.

O Sr. Paulo, usuário do transporte coletivo há mais de trinta anos, relatou as dificuldades enfrentadas diariamente pela população em razão da precariedade do sistema de transporte metropolitano. Destacou a insuficiência dos horários da linha Mário Campos/Betim, especialmente o fato de o último ônibus partir às 18h20, horário incompatível com a rotina de grande parte dos trabalhadores, que encerram suas jornadas após esse período. Também criticou a ausência de operação da linha aos sábados, domingos e feriados, classificando a situação incompatível com a realidade de um município limítrofe a Betim. O participante ressaltou ainda os prejuízos causados pela necessidade de integração via Terminal de Sarzedo, mencionando o aumento excessivo do tempo de deslocamento e as longas esperas entre conexões. Em sua manifestação, também registrou indignação quanto à cobrança para utilização dos banheiros no Terminal de Sarzedo, afirmando que os usuários já suportam tarifas elevadas e que a cobrança adicional penaliza especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por fim, o Sr. Paulo defendeu maior mobilização popular e institucional para reivindicação de melhorias no transporte coletivo, afirmando que a população de Mário Campos merece um sistema de transporte digno, eficiente e compatível com as necessidades dos trabalhadores e moradores do Município.

Ao longo das manifestações populares, diversos participantes reforçaram reclamações relacionadas:

- ao elevado valor das tarifas;
- à ausência de integração eficiente;
- à superlotação;
- à redução de horários sem comunicação;
- ao descumprimento de itinerários;
- às condições inadequadas do Terminal de Sarzedo;
- à ausência de acessibilidade;
- à insegurança e à falta de respeito aos usuários.

Após as manifestações populares, a Presidência da audiência pública retomou a palavra para realização das considerações finais e deliberações institucionais decorrentes dos debates realizados.



A Vereadora Sammantta Bleme destacou que a audiência pública evidenciou a insatisfação coletiva da população de Mário Campos com o atual modelo de transporte coletivo metropolitano prestado pelas concessionárias responsáveis.

Foi registrado pela Presidência que o Município de Mário Campos não aceita mais permanecer apenas como corredor de passagem das linhas metropolitanas, sem receber atendimento digno, proporcional e compatível com a necessidade da população.

A Presidência ressaltou que a população do Município enfrenta tarifas elevadas, redução constante de horários, ausência de linhas estratégicas, demora excessiva em integrações, superlotação e ausência de diálogo institucional por parte das concessionárias e dos órgãos estaduais responsáveis.

O Vereador Pastor Marquinhos retomou a palavra para registrar preocupação quanto à destinação dos recursos utilizados pelo Governo do Estado de Minas Gerais para aquisição de novos ônibus do sistema metropolitano, no âmbito do programa de renovação da frota. O parlamentar destacou que, embora o investimento tenha sido amplamente divulgado como melhoria para o transporte público, os usuários de Mário Campos não perceberam avanços concretos na qualidade do serviço prestado, afirmando que a principal beneficiada pela medida teria sido as próprias empresas concessionárias. Ressaltou ainda que, conforme pesquisas e levantamentos realizados pelos parlamentares, os recursos utilizados para aquisição dos veículos não teriam origem exclusiva no caixa ordinário do Estado, mas também em valores vinculados ao acordo de reparação da tragédia-crime do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho.

Na sequência, a Prefeita Municipal Professora Andresa Aparecida Rocha Rodrigues manifestou profunda indignação ao afirmar que os recursos empregados na aquisição dos ônibus são provenientes de valores relacionados à reparação pelos danos causados pela tragédia-crime de Brumadinho, destacando o impacto direto sofrido pelo Município de Mário Campos, considerado um dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem. A Prefeita ressaltou que, apesar da utilização desses recursos para modernização da frota metropolitana, o Município de Mário Campos não teria sido contemplado com novos veículos, diferentemente de outros municípios da região metropolitana. Foi registrado em plenário que, segundo os apontamentos apresentados durante a audiência, municípios menos impactados teriam recebido quantitativos significativos de ônibus novos, enquanto Mário Campos, embora diretamente afetado pelos impactos sociais, ambientais e humanos da tragédia, permaneceu sem contemplação. A Chefe do Executivo Municipal afirmou que a situação reforça o sentimento de ausência de reparação adequada ao Município e à população mariocampense, especialmente diante das dificuldades enfrentadas diariamente pelos usuários do transporte coletivo. Também ficou consignado que serão realizados encaminhamentos institucionais para apuração da origem dos recursos utilizados no programa estadual de renovação da frota, bem como para reivindicação de que o Município de Mário Campos seja contemplado nas próximas etapas de distribuição dos veículos. Por fim, tanto a Prefeita Municipal quanto o Vereador Pastor Marquinhos ressaltaram a importância da mobilização popular e do registro formal das reclamações nos canais oficiais, destacando que a produção de dados e manifestações institucionais fortalece a cobrança por melhorias efetivas no transporte coletivo metropolitano.



Como deliberação final, a Vereadora Sammantta Bleme registrou que as informações apresentadas pelo vereador Pastor Marquinhos e pela Prefeita Andresa estão constando em publicação oficial da Agência Minas, datada de 02 de setembro de 2024: o Governo de Minas Gerais firmou acordo para aquisição de mais de 600 novos ônibus para o transporte coletivo metropolitano, com investimento aproximado de R\$ 382 milhões. Na sequência, a Presidência destacou que o Município de Mário Campos não possui atualmente linha própria de transporte coletivo metropolitano, funcionando apenas como corredor de passagem de linhas vinculadas a outros municípios, especialmente Brumadinho, Sarzedo e Betim. Foi ressaltado que as linhas atualmente operadas no Município possuem origem ou vinculação operacional com outras cidades, inexistindo linha efetivamente estruturada e reconhecida como própria de Mário Campos. Diante disso, ficou consignada como uma das principais deliberações da audiência pública a reivindicação pela criação de linha própria de transporte coletivo metropolitano para o Município de Mário Campos, com atendimento direto às demandas da população local. Também foi defendida a implementação de rotas estratégicas ligando Mário Campos diretamente à Estação Eldorado e ao Município de Betim, especialmente para atendimento dos trabalhadores que dependem diariamente do transporte coletivo nos fins de semana. A Presidência ressaltou ainda que, considerando a utilização de recursos vinculados ao acordo de reparação da tragédia-crime do rompimento da barragem da Vale S.A. para aquisição de novos veículos do sistema metropolitano, o Município de Mário Campos possui legítimo direito de reivindicar inclusão nas futuras etapas de distribuição da frota. Por fim, ficou registrado o compromisso do Poder Legislativo Municipal, do Poder Executivo e da população presente de promover mobilização institucional junto ao Governo de Minas Gerais, à SEINFRA/MG e aos demais órgãos competentes, em defesa da criação de linha própria de ônibus para Mário Campos e da garantia de um transporte coletivo digno, eficiente e compatível com a realidade do Município. A Presidência enfatizou que, apesar dos investimentos anunciados pelo Estado, a população de Mário Campos continua enfrentando precarização do serviço, redução de linhas, demora excessiva, veículos lotados e dificuldades severas de mobilidade urbana.

A Vereadora Daniela Agostinho manifestou apoio às reivindicações apresentadas durante a audiência pública, destacando a precariedade dos veículos utilizados no transporte coletivo metropolitano, especialmente aqueles que operam a partir do Terminal de Sarzedo, apontando falta de estrutura, má conservação e condições inadequadas para atendimento da população. A parlamentar também reforçou a necessidade de ampliação e adequação das rotas que atendem os bairros Tangará e Bela Vista, bem como a importância de melhor sincronização dos horários de integração entre os ônibus metropolitanos e as linhas destinadas aos bairros do Município, evitando longos períodos de espera dos usuários dentro do terminal. Ainda ressaltou a necessidade de ampliação do atendimento dentro do Bairro Tangará, considerando as dificuldades enfrentadas diariamente pelos moradores que percorrem longas distâncias a pé após extensas jornadas de trabalho. Por fim, reafirmou apoio às deliberações da audiência pública e compromisso de atuação conjunta com os demais vereadores, Poder Executivo e população na busca por melhorias efetivas para o transporte coletivo de Mário Campos.

Na sequência, foram consignadas as demais deliberações finais da audiência pública:



- I – encaminhamento integral da presente ata circunstanciada, gravação oficial da audiência pública, formulários populares, manifestações escritas e demais documentos ao Ministério Público de Minas Gerais, especialmente à 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ibitiré/MG e à Promotoria de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte/MG;
- II – encaminhamento da documentação aos órgãos estaduais responsáveis pela gestão e fiscalização do transporte coletivo metropolitano, especialmente à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – SEINFRA/MG e ao DER/MG;
- III – solicitação de apuração sobre possíveis descumprimentos contratuais das concessionárias responsáveis pelas linhas metropolitanas que atendem o Município de Mário Campos;
- IV – solicitação de fiscalização acerca das constantes reduções de horários, supressões de linhas e alterações operacionais realizadas sem comunicação prévia à população;
- V – solicitação de análise sobre a ausência de operação da linha Mário Campos/Betim aos finais de semana, feriados e vésperas de feriados;
- VI – realização de mobilização institucional junto aos órgãos estaduais e às concessionárias responsáveis pelo sistema de transporte metropolitano;
- VII – reivindicação de criação de linha metropolitana própria do Município de Mário Campos, com rotas diretas para Betim/MG e Estação Eldorado, visando autonomia operacional e redução da dependência do Terminal de Sarzedo.
- VIII – reivindicação de inclusão do Município de Mário Campos nas futuras etapas de renovação da frota metropolitana custeada com recursos vinculados ao acordo de reparação da tragédia-crime do rompimento da barragem da Vale S.A.

Foi consignado expressamente pela Presidência que o Poder Legislativo Municipal e a população de Mário Campos não aceitam mais ser tratados apenas como corredor de passagem do sistema metropolitano, sem participação efetiva nas decisões relacionadas ao transporte público.

A Vereadora Sammantta Bleme afirmou ainda que a audiência pública não se encerraria apenas na formalização documental, mas representaria ponto de partida para novas medidas institucionais, políticas e administrativas visando assegurar dignidade, acessibilidade e respeito aos usuários do transporte coletivo.

Também ficou registrado o entendimento coletivo de que a ausência das concessionárias e dos órgãos estaduais na audiência pública caracteriza desrespeito institucional à população e ao Poder Legislativo Municipal.

Por fim, a Presidência reafirmou que o Poder Legislativo Municipal continuará acompanhando a situação, promovendo cobranças institucionais e buscando alternativas para que o Município de Mário Campos tenha atendimento digno e eficiente no transporte coletivo.

Ficou consignado que a audiência pública representou marco institucional na mobilização do Município de Mário Campos em defesa da melhoria do transporte coletivo metropolitano e da efetiva garantia do direito à mobilidade urbana da população.



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência pública, sendo determinada a lavratura da presente ata circunstanciada, elaborada com base na gravação oficial da sessão pública, nos termos do artigo 4º do Edital de Convocação de Audiência Pública nº 01/2026.

Mário Campos/MG, 29 de abril de 2026.